

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zero Hora

Class.: 1118

Data: 29.02.92

Pg.: _____

Liminar mantém índios no parque

Decisão do Tribunal de Alçada, tomada na noite passada, derruba ordem do juiz de Nonoai que dera reintegração de posse da área ao Estado

JOAQUIM FERNANDEZ

Central do Interior/ZH

O juiz da 3ª Câmara Cível, de plantão no Tribunal de Alçada, Sérgio Gischkow Pereira, concedeu liminar, na noite de ontem, nos autos do mandado de segurança impetrado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), suspendendo de imediato a decisão do juiz de Nonoai que mandou expulsar os índios do Parque Florestal. O juiz entendeu competente apenas a Justiça Federal para processar e julgar ações que envolvam interesses dos índios.

Em sua decisão, contida em cinco laudas datilografadas, Gischkow Pereira reconhece a existência de uma situação de conflito grave e iminen-

te, com conotações políticas e sociais, envolvendo não apenas uma ou duas mas de centenas de pessoas, cujas conseqüências são imprevisíveis. Ainda na noite de ontem, o procurador da Funai, Derli Cardozo Fiuza, entrou em contato com autoridades de Nonoai e o representante do órgão em Chapecó, comunicando da decisão que garante a permanência dos índios na área ocupada desde o dia 14 deste mês.

A partir da decisão de Gischkow Pereira, o procurador da Funai pretende ingressar no Supremo Tribunal Federal com medida cautelar incidental, nos autos da ação que a Fundação move contra o Estado do Rio Grande do Sul, onde se discute a propriedade da terra tomada através de decretos estaduais da comunidade indígena caingangue, para fins de parque florestal. Medida objetiva garantir o direito dos índios circularem livremente pelo parque.

NEGATIVA — O procurador-geral do Estado, Gabriel Fadel, que na quinta-feira havia garantido às lide-

ranças indígenas que manteria contato com o procurador em Carazinho, Paulo de Tarso Pereira, para que fosse tentada uma prorrogação do prazo, já vencido, para retirada dos índios que estão no Parque Estadual Florestal de Nonoai, acabou não fazendo o pedido. A garantia é do próprio juiz de Nonoai, Dilso Domingos Pereira.

Ontem, porém, o procurador do Estado negou que houvesse se comprometido em requerer a dilatação do prazo de retirada dos índios do Parque Florestal. Fadel diz que este é o momento de execução da determinação judicial. O procurador revelou, no entanto, que a Funai se colocou à disposição para ajudar no contato com os índios, no sentido de obter uma retirada pacífica da área.

Confirmando as declarações de Fadel, o juiz Dilso Domingos Pereira diz que estranhou as informações publicadas na imprensa a respeito de uma possível protelação no prazo de retirada dos índios. "O Estado não fez qualquer requerimento nesse sen-

tido", declara. "Até porque, o pedido faria a liminar perder o efeito", prossegue, garantindo que "a determinação vai ser cumprida". Pereira admitiu somente que pode ocorrer uma demora na execução da medida devido a dificuldades operacionais, pois o parque tem 17 mil hectares de mata virgem.

CONDIÇÕES — O capitão Luis Carlos Miranda, da Brigada Militar de Nonoai, também confirma a determinação de proceder a retirada dos índios do parque. "Nós estamos fazendo o planejamento da ação, que será encaminhado ao nosso comando superior em Passo Fundo, para que sejam fornecidas as condições materiais e humanas de cumprir a ordem judicial", diz.

Outro fato destacado pelo capitão é o de que os índios estariam "inamistosos". "Recebemos essa informação de alguns profissionais da imprensa que estiveram na área, mas esperamos que os ânimos se acalmem com o passar do tempo", argumenta.

Índios estão prontos para reagir

CLARINHA GLOCK

Editoria Local/ZH

A esperança de uma nova reunião ontem pela manhã, entre o cacique da reserva de Nonoai, José Orestes do Nascimento, e o chefe do gabinete da Casa Civil, coronel Getúlio Zanchi, foi frustrada. Não chegou a sair nenhuma reunião, e o cacique, mais os dois conselheiros indígenas Nelson Xangrê e Agemiro Tomaz, e o chefe do posto da Funai, Jair Elói de Moraes, deixaram Porto Alegre no final da manhã, depois de pegarem alguns remédios na Central de Medicamentos (CEME) da Secretaria Estadual de Saúde.

"Não deu nem para conversar com o governador Alceu Collares", reclamou o cacique. José Orestes do Nascimento, o Zé Lopes, estava esperançoso com a possibilidade de uma negociação, mas não descartou a hipótese de um conflito se a polícia resolver retirar os índios do Parque Estadual Florestal de Nonoai. Os 600 cainganges ocuparam a área no último dia 14, reclamando o direito sobre a terra onde seus antepassados moraram.

PRAZO — José Orestes do Nascimento ouviu com atenção o noticiário da manhã. O anunciado dilatação de prazo para que os índios

fossem retirados da reserva — a Procuradoria Geral do Estado ficou de solicitar a medida ao juiz de Nonoai, Dilso Domingos Pereira —, acalmou um pouco o cacique, que também é presidente do Conselho Indígena de Santa Catarina.

Para prevenir, porém, Zé Lopes comunicou que há cinco mil índios das outras reservas dispostos a ocupar também o parque se ele achar conveniente. "Basta eu passar uma circular e, em oito horas, eu entupo o mato se for preciso", avisa, confiante. "Temos comida para ficar dois anos lá".

Zé Lopes disse que não sabia da queima das casas dos guardas florestais noticiada nos jornais, porque saiu do parque antes disso. A única certeza que tinha veio da reunião de ontem, com o coronel Zanchi, de que a solução estava nas mãos do Judiciário.

O chefe do posto da Funai em Nonoai, Jair Elói de Moraes, lembra que muitos dos índios mais antigos que ocuparam a reserva florestal foram arrancados daquela terra à força para a formação do parque. Por isso, os índios estão revoltados, acredita. "Na última reunião com os caciques do Rio Grande do Sul, o governador Alceu Collares garantiu que o parque era dos índios", acrescentou Moraes. Por isso, ele espera uma solução pacífica para o conflito.



Adriana Franciosi/ZH

Desfecho: cacique esteve em Porto Alegre negociando durante a tarde